

A NATUREZA DA SUBSUNÇÃO: DA DESAPARIÇÃO À TRANSUBSTANCIAÇÃO DO VALOR

LA NATURALEZA DE LA SUBSUMCIÓN: DE LA DESAPARICIÓN A LA TRANSUBSTANCIA DE VALOR

THE NATURE OF SUBSUMPTION: FROM DISAPPEARANCE TO TRANSUBSTANCE OF VALUE

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.47033>

Giovane Mota¹

Daniel Sombra²

Madson Quaresma³

Resumo: Esse texto constitui uma etapa da proposição do Laboratório Universidade, Técnica, Território e Espaço (LUTTE) para uma interpretação da produção do espaço geográfico a partir de categorias trabalhadas por Marx (2011) – subsunção e exterioridade – e desenvolvidas em detalhes ao longo dos *Grundrisse*, mas que não chegaram a ter um melhor desenvolvimento n’*O capital*. Neste primeiro momento, para compreender a origem da subsunção, faz-se necessário atentar para o momento em que o valor é posto pelo sistema do capital, a fim de não produzir falsas sinônimas entre subsunção e tipos de extração de mais-valia. Este debate aprofunda a proposição que vem sendo apresentada pelo LUTTE desde 2012, em eventos, mesas, debates, textos etc., mas que possui como obras de maior relevo até o momento o trabalho de Mota (2016), que apresenta as duas categorias como ferramentas para análise da nova teleologia do capitalismo, em que o valor relativo, transmutado em técnica, se apresenta como meio e fim do ser social, e a proposição de Soares (2021), que defende o uso desse par conceitual para a análise geográfica das formações sociais.

Palavras-chave: Subsunção. Valor. Exterioridade. América Latina.

Resumen: Este texto constituye un paso en la propuesta del Laboratorio de Universidad, Técnica, Territorio y Espacio (LUTTE) para una interpretación de la producción del espacio geográfico a partir de categorías trabajadas por Marx (2011) de subsunción y exterioridad - desarrolladas en detalle fuera de los *Grundrisse*, pero que no tuvo un mejor desarrollo en *O capital*. En este primer momento, para comprender el origen de la subsunción, es necesario prestar atención al momento en que el sistema de capital coloca el valor, para no producir sinónimos falsos entre subsunción y tipos de extracción de plusvalía. Este debate profundiza la propuesta que ha sido presentada por LUTTE desde 2012, en eventos, mesas, debates, textos, etc., pero que tiene como sus trabajos más importantes hasta el momento el trabajo de Mota (2016), que presenta las dos categorías como herramientas para analizar la nueva teleología del capitalismo, en la que el valor relativo, transmutado en técnica, se presenta como medio y fin del ser social, y la proposición de Soares (2021), quien defiende el uso de este par conceptual para la geografía. análisis de formaciones sociales.

Palabras clave: Subsunción. Valor. Exterioridad. Latinoamérica.

Abstract: This text constitutes a step in the proposition of the University, Technique, Territory and Space Laboratory (LUTTE) for an interpretation of the production of geographic space from categories worked by Marx (2011) subsumption and exteriority – developed in detail outside the *Grundrisse*, but that did not have a better development in *O Capital*. In this first moment, to understand the origin of subsumption, it is necessary to pay attention to the moment in which the value is placed by the capital system, in order not to produce false synonyms between subsumption and types of extraction of surplus value. This debate deepens the proposition that has been presented by LUTTE since

2012, in events, tables, debates, texts, etc., but which has as its most important works so far the work of Mota (2016), which presents the two categories as tools for analyzing the new teleology of capitalism, in which the relative value, transmuted into technique, presents itself as the means and end of social being, and the proposition of Soares (2021), who defends the use of this conceptual pair for the geographic analysis of social formations.

Keywords: Subsumption. Value. Exteriority. Latin America.

Prólogo: busca por uma análise do capitalismo nas formações sociais latino-americanas

O debate acerca da gênese do modo de produção capitalista na formação social brasileira é um tema de preocupação dos estudiosos das ciências sociais em geral, e dos geógrafos em particular, ao longo do século XX, com relevância maior após a adequação tardia das universidades brasileiras ao modelo europeu. Não se trata de uma singularidade nacional brasileira. Se se realiza um salto escalar para o nível do subcontinente latino-americano, é possível observar nas demais formações sociais a presença de estudiosos com esforços similares.

Este interesse sobre a questão genética do capitalismo nestas áreas não se traduzia em uma questão especulativa ou metafísica. Na realidade, as gerações de estudiosos e cientistas sociais latino-americanos das primeiras décadas do século XX tinham consciência de que eram necessárias explicações de caráter teórico-prático, nos casos mais simples, e propriamente materialista, nos casos mais complexos, objetivando fornecer contribuições concretas aos principais problemas das sociedades nacionais latino-americanas. Do início do século XX datam notórios esforços de compreensão histórica, sociológica e geográfica acerca do que são as sociedades do subcontinente, seus problemas, suas características fundamentais. Estudos com grande carga descritiva, utilizando fundamentos teóricos (em geral, positivistas) para a amarração das ideias.

Desconsideradas as eventuais particularidades de cada caso, era notório, na virada dos anos 1920 aos anos 1930, o fato de que os Estados nacionais latino-americanos, mesmo sendo nações independentes e soberanas há um século (à exceção das Guianas e de uma ou outra ilha caribenha), persistiam absolutamente dependentes economicamente das antigas metrópoles europeias, e, cada vez mais, da nova superpotência econômica: o vizinho do Norte, os Estados Unidos da América.

De modo geral, os Estados nacionais latino-americanos persistiam como nações minero-agroexportadoras, com muitas dificuldades para realizar uma industrialização nacional – algo que somente Brasil, México, Argentina e, bem mais tarde, Chile, conseguiram alcançar (CANO, 2002) – e, politicamente, eram repúblicas que alternavam entre quarteladas militares e governos oligárquicos dirigidos diretamente pelos grandes latifundiários (LEFTWICH, 2011). A particularidade da septuagenária monarquia brasileira durante o século XIX não alterou o quadro geral, como, inclusive, deixaram patentes as formas que se deram na República que lhe sucedeu.

A persistência de uma organização das forças produtivas e de relações de produção de caráter mercantil nos países latino-americanos, e o protagonismo político exercido pelos proprietários de terra eram fenômenos preponderantes na realidade do subcontinente e careciam, pois, de melhor explicação. A concepção dialética da história já era àquela altura bastante disseminada no mundo intelectual, com tal fôlego e vigor a ponto de não poder ser simplesmente ignorada.

Ainda que fortemente rechaçada pelas elites intelectuais que dominavam o campo das universidades, a interpretação marxista da história e da realidade social e econômica a partir da luta de classes, das relações de produção, e das relações destas com as forças produtivas, enfim, através da análise da sucessão dos modos de produção trouxe um novo horizonte para as análises históricas e sociológicas.

A centralização das políticas universitárias, a consolidação das classes médias urbanas e da metropolização de algumas cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do México, e, em menor escala, Lima e Santiago) foram importantes para esse processo (JACKSON; BLANCO, 2016). De forma tímida e inicial em alguns autores, de forma mais elaborada em outros. Tratou-se de uma época de grande contribuição para a análise sociológica.

No Brasil, vivia-se um ambiente intelectual marcado pela Revolução Modernista de 1922, uma contemporaneidade de idéias [sic], que foi aprofundada com as missões de professores estrangeiros, dos Estados Unidos e da França. Data dos anos 30 a publicação de algumas grandes obras: “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, em 1933, “Evolução Política do Brasil”, de Caio Prado Júnior, em 1933 e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque da Holanda, em 1936. Tais “livros expressam um momento de discussão sobre a identidade e a formação da sociedade brasileira” [...]. Em outros países da América Latina, também houve a importante contribuição dos pensadores sociais. No Chile, José Vitorino Lastarria (1817): “O Positivismo”; Valentin Letelier (1852-1919); Enrique Molina: “O Ensaio Moderno” (Brunner, 1988). No Peru, pode-se registrar José Carlos Mariátegui (1895-1930) e Victor Raúl Haya de la Torre (1895), “El Imperialismo y el APRA”; e José Miguel Arguedas. Em Cuba, Ramiro Guerra, com “Azúcar y población em las Antillas” (Sosa, 1994, in: Marina & Millán, 1994). Na Venezuela, Vallenilla Lanz escreveu o livro “Cesarismo democrático, estudio sobre las bases sociológicas de la Constitución efectiva de Venezuela” (1919); José Rafael Mendoza, “Ideológica y moral” (1938) e Rafael Caldeira, “Idea de una sociología venezolana” (1954) [...]. No México foram publicados: “Los Grandes Problemas Nacionales” de José Vasconcelos e Andres Molina Henríquez; “Las Classes Sociales” de Mariano Otero e “Evolución Política del Pueblo Mexicano” de Justo Sierra. Na Argentina, ainda no Século XIX, “Facundo o Civilización y Barbarie”, de Sarmiento (1811-1888) foi publicado em 1845. O maior resultado da contribuição dos pensadores sociais foi a legitimação de um discurso sobre a sociedade, um discurso que também define uma posição do intelectual enquanto intérprete do significado da construção da sociedade nacional [...]. Em outras palavras, “a formação do pensamento latino-americano pode ser vista como a história da idéia [sic] de América Latina”, com um tema fundamental, a “questão nacional” (SANTOS; BAUMGARTEN, 2005, p 180-181).

Assim, as universidades, inclusive as brasileiras (tardias no subcontinente), permitiram um espaço de circulação e ampliação destas idéias, juntamente com outras do variado espectro fornecido pelas ciências europeias. No caso brasileiro, passada a efervescência da primeira fase de proposição de uma arte nacional autêntica, aos moldes da escola modernista que buscava deglutir a herança europeia em meio às demais matrizes da cultura nacional, chegava a hora das ciências sociais se lançarem à árdua tarefa de explicar o que é o Brasil, esforço que, grosso modo, já estava em andamento por estudiosos em outras formações sociais latino-americanas.

O erro das análises sobre um “feudalismo” extrínseco e extemporâneo

Contudo, ao tentar enquadrar a realidade nacional na síntese da sucessão dos modos de produção, os estudiosos sobre as formações latino-americanas tiveram uma primeira dificuldade ao lidar com a hegemonia do trabalho escravo nas plantations. Grosso modo, tiveram êxito em conectar esse tema ao

contexto de acumulação primitiva do capital. Ainda mais complexo era compreender o papel daqueles sujeitos sociais classificados por Prado Jr. (2011) como “ociosos” ou “vagabundos”. Tratam-se dos diversos tipos de posseiros presentes nas plantations do Atlântico lusitano, e também no Caribe espanhol (e, mais tarde, holandês, francês e britânico).

Mas havia casos mais extremos, como as formações sociais baseadas no extrativismo – seja o extrativismo mineral, como era o caso hegemônico do Peru (CHIAVENATO, 1981) e do México (NAVARRETE, 2015), seja o extrativismo vegetal (coletas) e animal (pesca), como no caso da bacia amazônica (SOARES, 2016) e da bacia do Rio Paraguai (NONNEMAN, 2009). Nestas, o trabalho escravizado aos moldes das plantations jamais foi a relação hegemônica, havendo em cada caso uma miríade de formas de controle do trabalho.

Nos espaços nos quais o extrativismo era a atividade principal de produção do espaço – mesmo no caso das Minas Gerais, da América Lusitana, talvez a grande exceção de formação baseada no extrativismo e com hegemonia da força de trabalho escravizada (DANTAS, 2016) – a mobilidade (física, principalmente) do trabalho era uma questão crítica (HARRIS, 2017), sobretudo em espaços de fronteira (BASTOS, 2017), havendo oportunidades de relativa mobilidade social e fraturas que possibilitavam articulações entre as classes sociais de opressores e oprimidos, impossíveis nos espaços das plantations (RUSSEL-WOOD, 2014; HARRIS, 2017; BASTOS, 2017).

Considerando as características elementares das relações de produção capitalistas – a) relação de trabalho assalariada; b) divisão técnica do trabalho; e, c) alienação da produção (MARX, 2008) –, diversos autores – Prado Jr. (1977, 2011), Sodré (1962, 1990), Furtado (1959), Gorender (2016), Guimarães (1968), entre os mais destacados – consideraram, corretamente, que as relações de produção latino-americanas durante o período colonial (e as caudatárias desenvolvidas no subcontinente, já no período de hegemonia da grande indústria no mercado mundial) não eram, de fato, relações de produção capitalistas propriamente ditas.

Não obstante, diante da urgência⁴ em realizar uma interpretação teórica para compreender a origem e os mecanismos de reprodução dos principais problemas latino-americanos em geral, diversos foram os autores que a partir do suposto que as atividades em reprodução no subcontinente não eram capitalistas, desenvolveram a ideia de que durante o longo processo de colonização pelas potências ibéricas, houve a transplantação do modo de produção feudal para as terras do Novo Mundo. Para tal levaram em conta algumas formas tanto produtivas, como políticas, sociais e culturais das relações sociais.

Destarte, surgiu a hipótese da necessidade de superar as relações de produção feudais engendradas por aqui durante o mercantilismo. Os pagamentos de renda (em trabalho, em produtos, e, muito mais raramente, em dinheiro), dos posseiros (os camponeses em geral, sem propriedade da terra) aos sesmeiros (os proprietários de terra, seja nos espaços das plantations, seja nos espaços de extração) assemelhavam-se, na forma, à renda feudal paga pelos servos aos senhores feudais na Europa – a qual na maior parte do tempo milenar de duração do feudalismo foi renda paga em trabalho, ou em produtos, e, somente já na emergência do mercantilismo, no imediato pós-Cruzadas, começou também a ser paga em dinheiro (HUBERMAN, 1979).

Cobrimo essa infraestrutura produtiva, um conjunto de relações dos mecanismos de reprodução do poder local através da estrutura política, jurídica e policial, enfim, a média das superestruturas política e cultural-ideológica pareceria se encaixar muito bem à hipótese da transplantação do feudalismo da Europa para o outro lado do Atlântico. Assim, os camponeses – ou seja, toda sorte de populações não proprietárias, formalmente não escravizadas (embora pudessem ser livres apenas de jure, mas não de facto, como era o caso dos indígenas de ambos os lados da fronteira ibero-americana (BASTOS, 2017; HARRIS, 2017), cobrindo uma diversidade de culturas (ribeirinhos, caipiras, caçaras, sertanejos etc.) – se tornaram em vários textos um conjunto de “trabalhadores pré-assalariados” ou até “proto-assalariados”.

Em termos políticos, essa análise teórica subsidiou um esquematismo um tanto quanto evolucionista nas ações. Para alcançar a superação do capitalismo, era primeiro necessário superar o feudalismo, as relações feudais, e por isso, acelerar as revoluções burguesas, buscando uma aliança entre os operários e as chamadas “nascentes burguesias nacionais”. Ianni (1984) realiza uma síntese, para o caso brasileiro, de como cada concepção teórica derivou em uma abordagem política de determinada classe social ou outros agrupamentos específicos⁵. Mazzeo (2003) realiza importante digressão mostrando o papel dos comunistas na consolidação da teoria do feudalismo latino-americano (a “via colonial” do desenvolvimento do capitalismo nacional para o caso brasileiro). Shanin (2017) também comenta brevemente tal questão, em escala mundial.

Em termos científicos, a partir desse esboço geral várias análises, descrições e sínteses foram elaboradas. Apesar da riqueza de detalhes, os cenários terminavam se repetindo em uma sucessão de paisagens e espaços similares, quanto ao trato dos recursos naturais a partir das relações de produção existentes. Não é, pois, de se estranhar que a dualidade entre “costa” e “sertão” sintetizada por Russel-Wood (2014) – presente em obras-chave da interpretação dos espaços brasileiros como Andrade (1970), Castro (1984), Prado Jr. (1977) entre outros – é similar à dualidade entre “costa” e “serra” no Peru, de Mariátegui (2010) – ambas imortalizadas pela literatura, como apontam os dois autores.

A costa é o espaço das plantations, que no Atlântico tem hegemonia de força de trabalho escravizada, em geral oriunda do continente africano, a mesma origem primária dos trabalhadores das plantations do Pacífico, mais tarde substituída pelos *cules* chineses. Nesses espaços, as populações ameríndias não se encaixaram de forma adequada às relações de produção típicas das monoculturas, tendo o trato com elas exigido outras formas de controle do trabalho. Nas duas costas se estabeleceu o cultivo de produtos agrícolas, e se deu margem a um mundo rural, margeado por cidades de controle da produção e da distribuição de mercadorias, através dos portos (entretanto, no mundo colonial hispânico, a agropecuária sempre foi secundária em relação à mineração, ao contrário da colônia lusitana, na qual, apenas tardiamente a mineração ocupou espaço de relevo).

Já o Sertão dos lusitanos, prevaleceu uma relação de controle dos proprietários sobre largas áreas, havendo outros modos de controle de trabalho, sendo uma área reservada para a transumância. Foi nesse processo de penetração que, achou-se, finalmente, áreas com presença de ouro e pedras preciosas, na região de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, todos como extensão do vetor bandeirante paulista. A serra andina concentrava as áreas de extração, e eram mais “selvagens” e “rebeldes” às normas costeiras, e por lá os

proprietários de terras e minas lançaram mão de outras formas de controle de trabalho, funcionalizando relações de controle antigas dos Incas, mas objetivando, agora, a produção de excedente, ainda que tendo que lidar com os resquícios das antigas lideranças tribais.

Em ambas as formações, a floresta amazônica se torna o espaço de reprodução do extrativismo animal (pesca) e vegetal, e ali se faz uso das mais criativas formas de controle do trabalho havendo, do ponto de vista da fisionomia da paisagem, poucas alterações na floresta, levando tanto Mariátegui (2010) como Prado Jr. (1970) a se referirem a uma “ilusão da borracha”, afirmando que ali não havia se consolidado nenhum tipo de atividade com “heranças da civilização sobre a barbárie”. Assim, nota-se nessas duas formações sociais em particular que nos espaços de extrativismo animal e vegetal (com menor transformação das paisagens, mesmo se comparado à mineração) houve maior dificuldade de compreender como se manifestavam as relações de produção, e também as relações de poder.

Não obstante, como pondera Harris (2017) para o caso da Amazônia, trata-se, do ponto de vista sociológico, de um lugar histórico como outro qualquer, cujo fundamento para compreensão está na correta compreensão das relações de produção e das relações de poder. Dir-se-ia em termos geográficos, compreender os fundamentos da produção do espaço e do controle do território. Enfim, as similaridades dos estudos sociológicos de Prado Jr. (1970) sobre o Brasil e Mariátegui (2010) sobre o Peru podem ser encontradas em outras análises comparativas⁶. Silva Júnior e Arruda (2012) destringem algo similar para os estudos sociológicos de Florestan Fernandes sobre o Brasil e de Pablo Gonzáles Casanova para o México.

É preciso apontar ainda, neste debate, que possivelmente a maior contribuição para o caso brasileiro de uma reprodução do modo de produção feudal na formação social brasileira foi dado por Sodré (1962). Para Del Roio (2016), Nelson Werneck Sodré adentrou nesse debate profundamente influenciado pelas ideias de Guimarães e Padro Júnior, mas superou seus mestres, ao defender a ideia de uma coexistência – a qual Sodré (1962, 1990) nomeou de “heterocronia” – de modos de produção na formação brasileira, incluindo o modo de produção feudal. Del Roio (2016), posteriormente, utiliza elementos apontados por Mariátegui (2010) e uma série de outros autores para apontar a particularidade do feudalismo ibérico, e defender a validade da tese da reprodução das relações feudais nas formações latino-americanas, em especial, a brasileira.

De qualquer modo, em termos gerais, os males sociais e econômicos (com grande destaque para a enorme desigualdade social na América Latina) eram causados, portanto, ainda pela reprodução das relações feudais, e “combater o feudalismo” torna-se um lema comum às ciências sociais latino-americanas e às forças políticas também (sobretudo, as do campo popular e democrático). No caso brasileiro, esse tipo de raciocínio foi reproduzido muitas vezes, com várias nuances, no debate amplo acerca da “reprodução capitalista de relações não capitalistas” (expressão de Martins (2009)), sobretudo no contexto de expansão da fronteira agrícola em direção à floresta amazônica.

Tornava-se cada vez mais claro que, enquanto em alguns espaços se implantavam relações de produção capitalistas propriamente ditas, em outros espaços, apesar de estarem sob o controle claro da circulação capitalistas, as relações de produção reproduzidas não eram as capitalistas propriamente ditas. Ao primeiro caso, Oliveira (1997) nomeou de “territorialização do capital”, e ao último como “monopolização

do território pelo capital”. Neste ponto, é necessário reconhecer que tanto Martins (1981), como Oliveira (1997) já estavam lidando, embora nomeando com outros termos, com a questão da subsunção formal e da subsunção real. De qualquer forma, a interpretação de ambos os autores não é idêntica à interpretação proposta pelo LUTTE.

Nota-se que Martins (1981) e Oliveira (1997) ao lidarem com a questão do avanço da fronteira agropecuária no Brasil repetem, de certo modo, a análise de Gorender (2016), pensando especificamente o caso do escravismo colonial, ou os raciocínios construídos (a partir da crítica a Prado Jr) por Chasin⁷ (1978), Coutinho (2006) e Mazzeo (2003), entre os mais destacados a defender a proposição de uma entificação, de um modo de produção particular ao caso brasileiro. Nesses autores, a grande distinção entre subsunção formal e subsunção real está na incorporação tecnológica, e, pode-se inferir de suas interpretações uma equivocada sinonímia entre subsunção formal e mais-valia absoluta, e subsunção real e mais-valia relativa. O mesmo problema se encontra em Mello (1985), que aplica os termos para pensar o caso da pesca na Amazônia. Este é um erro que possui consequências nas interpretações das formações sociais, e seus movimentos – fronteiras, frentes, vetores técnicos etc., conforme aponta Soares (2021).

Assim, as análises escorregam, e, em alguns casos, chegou-se a afirmar que a expansão da fronteira estaria implantando pela primeira vez na Amazônia relações capitalistas que desagregavam as comunidades locais (VELHO, 1976), ou mesmo, que antes da chegada da empresa agropecuária e dos chamados “Grandes Projetos” na Amazônia, não havia conflitos por terra na Amazônia, uma vez que latifundiários e minifundiários eram “todos, no fim, camponeses” como pensava Ianni (1979).

Tais análises desconsideram que o modo de produção capitalista, em sua forma última, sempre em totalização, sempre em processo, sintetiza as contradições anteriores. Isso não implica, de modo algum, que o capitalismo esteja sempre sendo produzido com seus supostos iniciais. Ao contrário, a cada ampliação de suas relações de produção e reprodução, os espaços anteriores podem ser transformados de imediato na forma última, desde que haja interesse nessa realização. Nesse momento, não importa, de fato, se para as formas mais avançadas de capital se está diante de formas pretéritas do próprio capitalismo, como é o caso na maioria dos espaços latino-americanos, ou ainda de formas pré-capitalistas ou não capitalistas.

A partir dos eixos analíticos que estamos propondo torna-se evidente que não houve um feudalismo extrínseco e extemporâneo reproduzido durante o mercantilismo. Esse esquematismo evolucionista, do pretense feudalismo transplantado para o surgimento de um capitalismo próprio à cada formação social, um capitalismo nacional, é equivocado e não auxiliou a elucidar a questão concreta de como o modo de produção capitalista de fato transforma a natureza social dos espaços e obtém o controle do trabalho. O que não implica em dizer que determinadas formas, funções e relações sociais típicas do feudalismo (assim como outros modos de produção) não foram transplantadas para as formações latino-americanas. Não se trata, porém, da reprodução dos modos pretéritos, superados pelo capital.

Desta feita, precisamos também definir que a distinção entre subsunção formal e subsunção real não diz respeito a uma diferenciação tecnológica, e não se tratam de sinônimos da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Para compreender a diferenciação entre uma e outra, é necessário antes compreender

afinal a natureza da subsunção, e mais que isso a natureza do modo de produção capitalista enquanto um modo de produção baseado na produção e na apropriação do tempo do trabalho.

Fundamentos iniciais para compreensão da subsunção e da exterioridade

Este debate traz à baila uma discussão já elaborada por Marx, no período final de sua vida, no contexto da expansão do modo de produção capitalista pela Rússia, nas décadas finais do século XIX. Shanin (2017) compila uma série de textos em que Marx, refletindo acerca da expansão da fronteira agrícola russa sobre as comunidades camponesas (MIR) a partir da construção da Ferrovia Transiberiana, afirma que a implantação das ferrovias, da divisão técnica do trabalho e de outras características do capitalismo prescindia de uma evolução secular das contradições sociais dos modos de produção locais para extrair o máximo de valor possível daqueles espaços.

Isto porque apenas o capital original, pressuposto do modo de produção de capitalista, foi posto na circulação simples a partir de condições originais de produção do capitalismo propriamente dito. Mas ao entrar na circulação, o capital cria as condições para gerar o valor, ou dito de modo melhor, realizar o valor como valor necessário e valor excedente. Este último é que o retorna à produção, agora como reprodução do capital, e nesse momento a circulação se torna tempo necessário, e esse tempo necessário gera um tempo excedente. A circulação nesses termos é tempo necessário já posto pelo tempo excedente. A circulação não gera valor, mas já é capital.

Assim, não se trata de identificar nos modos de produção outros, fora da Europa, uma reprodução do feudalismo aos moldes europeus. A expansão da circulação simples, e depois da circulação ampliada, derivou na reprodução de modos de produção derrotados, ou na criação de novos modos de produção subordinados. Portanto, a análise geográfica das estruturas espaciais, das dinâmicas territoriais e dos sistemas e vetores técnicos deve ser pautada na compreensão da passagem histórica da subsunção formal para a subsunção real, com a produção de contraespaços, derivados das contradições inerentes ao modo de produção de capitalista, e sua natureza social, a luta de classes. Para tal esforço, faz-se necessária, antes de tudo, a compreensão das categorias subsunção e exterioridade como ferramentas importantes para a construção e interpretação de estudos em Geografia, sobre a ordem espacial e o território.

Assim, parte-se de uma **afirmação em caráter peremptório**: o capitalismo é um modo de produção baseado, ***exclusivamente***, na apropriação privada do excedente de tempo, gerado no ato do trabalho, socialmente produzido. Para compreender as implicações dessa afirmação, é necessário aclarar a origem da subsunção, e, o que é particularmente para o caso latino-americano, a questão da *subsunção formal*.

Para que se possa pensar em termos geográficos, ou seja, em termos espaciais, faz-se necessário compreender que o **conceito de exterioridade** responde pela disposição e organização da ordem espacial; ao passo que, o **conceito de subsunção** responde pelo controle das formas de produção da ordem espacial, portanto, controle do produto, do trabalho e do tempo da produção. Então ao se tratar da subsunção se está tratando, de fato, de controle, eis então a primeira chave analítica para a compreensão do conceito.

Conforme ficou claro em outro momento (MOTA, 2017), a subsunção formal é um movimento, realizado pelo capital, que permite operar uma transmutação na natureza do Valor, alterando a natureza do valor de uso para a forma do valor de troca. Também é preciso deixar claro que: o Capital não extrai Valor do valor de uso. O uso, de fato, não desperta interesse algum para o Capital, visto que ele somente extrai Valor do valor de troca.

Logo, para que o capital possa gerar o valor a ser extraído, tornasse necessário *converter o uso em troca* para, aí sim, garantir o Valor como expropriação de Tempo. O valor de uso assim retorna ao interior da circulação do valor, mas com sua natureza convertida em troca; eis, portanto, que o uso no mundo do capitalismo se põe submetido às regras da troca.

Esse momento histórico que funda os pressupostos do capital se manifesta através dos vários contatos que ocorreram (acumulação primitiva), e ocorrem (acumulação por espoliação), entre o Capital e as outras formas de organização social e societárias, que não se reproduzem baseadas em relações de produção capitalistas propriamente ditas, como já exposto anteriormente.

A inversão do modus vivendi: da liberdade à necessidade

Nesse momento espaço-temporal do contato primeiro, o Capital se apresenta para os grupos, comunidades e sociedades que se reproduzem de forma não capitalista como um simples trocador. Ele não se põe como capital ainda, mas se apresenta na forma de troca do produto por produto. Por isto, os primeiros momentos são quase sempre extrativistas, pois aqui não está posto de modo algum a necessidade de um excedente, enquanto sobretrabalho, enquanto excedente para a troca, ou de uma reprodução ampliada.

Mas se assim o é, por que o faz? Justamente para poder identificar em cada lugar, em cada comunidade, em cada grupo os mecanismos de produção, identificando as múltiplas possibilidades, os produtos possíveis de serem incorporados ao mecanismo da troca. Nisto, troca então seus produtos de menores valores, resultantes da manufatura ou da indústria pelos produtos dos grupos e comunidades, no processo simples da mediação por produtos.

E o que significa isso para os grupos envolvidos? Significa receber bem o outro; significa demonstração de receptividade; significa demonstração de amizade e cordialidade, enfim, significa a disposição para a sociabilidade como ferramenta de contato. Qualquer relação fundada em uma relação de sociabilidade de *primeira ordem* (MÉSZÁROS 2007), com uma epistemologia e uma ontologia outras, que não as do capital. Os produtos irão aparecer, nesse momento, como cordialidades para demonstrar ao outro os bons atributos daquele grupo. Os produtos ainda são produtos, e, ainda carecem de *produtualidade*, pois são voltados ao uso – após desenvolver a *produtualidade*, é que se passa ao desenvolvimento da *intercambialidade* (DUSSEL, 2012).

Aqui, uma relação social, uma determinada relação dos indivíduos entre si, aparece como um metal, uma pedra, uma coisa puramente corpórea fora deles, coisa que, enquanto tal, é encontrada na natureza e na qual também não subsiste mais nenhuma determinação formal para distingui-la de sua existência natural (MARX, 2011, p. 183).

Lembre-se, aqui se está se referindo ao momento dos pressupostos do capital, para que, a partir disto, se possa compreender o momento, histórico e ontológico, da ultrapassagem do uso para a troca no interior dos tempos desses grupos. Ou seja, como esse momento é assimilado por essas comunidades diversas. Assim, esse:

É o primeiro movimento em que o valor de troca enquanto tal forma o conteúdo, em que não é apenas forma, mas seu próprio conteúdo. O movimento pode ocorrer no interior dos povos e entre povos para os quais o valor de troca ainda não deveio de forma alguma o pressuposto da produção. O movimento afeta apenas o excedente de sua produção destinada ao uso imediato e tem lugar apenas em suas fronteiras (MARX, 2011, p. 195).

Contudo, é preciso ter atenção para não acharmos que esta forma de troca, que se estabelece na atualidade, é a mesma que acontecia nas trocas e ofertas de amizade entre os indígenas e os portugueses no Brasil na época da chegada dos colonizadores ainda no final do século XV. É necessário reforçar este ponto, pois sem ele, corre-se o risco de reafirmar estereótipos comuns aos povos da Amazônia, que afirmam que tais grupos são completamente afastados de qualquer relação com o mundo moderno, que estes até o desconhecem por inteiro, naturalizando assim as pessoas e aprisionando sua sociabilidade em uma representação idílica e determinista. Definitivamente isto não acontece e muito menos queremos reforçar a naturalização dos povos na região.

É através do contato com a sociabilidade capitalista que a vida cotidiana destes grupos passa por incrementos. Incrementos de produtos que passam a ser trocados diretamente pelos seus produtos no pequeno comércio de seus arredores de vivência, no qual a troca acontece entre os produtos, frutos do excedente de seus trabalhos, como por exemplo, o açaí, o pescado ou a carne de caça, e que serão trocados diretamente por algumas medidas de óleo para a cozinha, creme dental, manteiga e uma variedade de outros produtos de necessidades básicas.

É dessa condição, que perpassa por uma forma diferente de compreender o valor do produto realizado pelo trabalho nesses grupos, um momento que se estabelece inclusive anterior ao instante da troca em si e que garante que ela aconteça, é que o capital faz-se valer para apropriar-se desse excedente, é daí que uma parcela significativa das relações de trabalho, que vão sendo produzidas nessa região pelos vários produtos extraídos da floresta e dos rios por estas comunidades, entra na relação capitalista completamente desvalorizado.

As formas de troca que ocorrem com os grupos sociais aqui supracitados, e em grande parte das comunidades na América Latina, hoje são muito complexas, pois são compostas por várias relações. É possível sim, encontrarmos trocas vinculadas as tecnologias atuais de transferências financeiras, cartão de crédito e outros, mas chamamos atenção aqui, para a existência ainda de formas completamente deslocadas do capitalismo como usualmente vemos nos centros urbanos mais modernos.

As comunidades e grupos trocam o produto que para eles foi produzido como excedente, mas com o objetivo simples de garantir a liberação do trabalho para a realização do tempo do lazer, do descanso, da festa, do culto. *Não é um excedente de valor, é um excedente de subsistência.* É, portanto, um tempo necessário

como tempo extra que libera do tempo do trabalho direto para a vivência de outras temporalidades garantidoras e realizadoras da existência humana.

É, justamente, este tempo liberto que interessa ao capital, esse ‘tempo extra’ que o capital deseja transformar em valor para poder apropriar como valor de troca, logo o que é vida em puro movimento de existência (ações de reprodução social da vida; relações de *primeira ordem*) deve ser transformado em troca (ações de reprodução do metabolismo do capital, relações de *segunda ordem*), tempo de vida como tempo de troca, invertendo o eixo do *modus vivendi* da liberdade para a necessidade.

Eis aqui uma questão central: o capital não está interessado no tempo que as comunidades e grupos utilizam no trabalho necessário, no trabalho garantidor de suas existências. Esse tempo necessário que gera os produtos que serão a base imediata para a reprodução cotidiana desses grupos não interessa, nesse momento primeiro, ao capital.

É sobre os produtos criados como excedentes para além da necessidade imediata, produtos que garantem a folga, o lazer, o descanso, a festa, que podem ser armazenados para consumo ou uso futuro. São os produtos que liberam os grupos do trabalho constante, e asseguram a subsistência sem o trabalho direto, pois já resultaram dele como produtos conservados, não consumidos, é justamente sobre esses que o capital volta seu interesse.

E por que o interesse sobre esse ‘produto’ (do tempo extra) e não sobre aquele ‘produto’ (do tempo necessário) que é utilizado no consumo direto, se tanto um quanto o outro tem origem na mesma natureza, o trabalho socialmente acumulado dos grupos e comunidades?

A distinção, que é basilar para a afirmação peremptória enunciada, é que o capital, de fato, não está interessado no produto em si, mas *no tempo de trabalho acumulado no produto*. Daí que não interessa ao capital o tempo que os grupos utilizam para se reproduzir biológica, social e culturalmente. O tempo que interessa ao capital é aquele tempo que pode ser dispensado sem colocar em risco a sobrevivência direta desses grupos. Afinal, não se mata a fonte da riqueza.

Começa-se assim a se desvelar o que subjaz aos interesses do capital na aproximação com outras espacialidades e temporalidades: a captura do tempo de trabalho excedente. Este tempo que é gerado no interior dos grupos e comunidades, e que foram assimilados aos produtos de uso não imediato; tempo extra transformado em produtos extras.

Nas outras formas de viver ou produzir, pré-capitalistas ou não-capitalistas, o tempo tem outras formas de existir, que não seja a forma da troca. Realidades em que o tempo é uso, o tempo é vivência. O tempo é não trabalho, o tempo é, simplesmente, outra forma de existir. Logo, Mészáros (2007) está correto em diferenciar relações de *primeira e segunda ordem*, em seus termos, porém, o fundamento da distinção não é qualquer técnica específica, ou forma de lidar com a natureza. Toda forma pré-capitalista pode ser posta para a reprodução do sistema do capital. A única distinção real é o tempo.

Daí que o Capital não pode dialogar com essas outras formas de tempo, dado que não se trata necessariamente de reprodução da acumulação, mas sim de viver. Ao se aproximar, portanto, dessas vivências e experiências temporais distintas, desses tempos distintos, o capital o fará em duas maneiras bem nítidas: a) a **negação do outro**, que se realizará quase sempre pela violência, direta ou indireta, contra os

grupos e comunidades; ou, b) a **assimilação**, mecanismo que altera a ontologia dos espaços locais, convertendo-os em espaços de sobretrabalho, produzindo produtos com a *intercambialidade* como sua essência, com a troca entre os distintos, pois a produção dos espaços assimilados ainda não é capitalista. A segunda maneira é melhor discutida em Mota (2017).

É, pois, nessa aproximação que o capital busca alcançar os produtos resultantes da objetivação desses outros tempos sociais, que se mostram em suas materialidades, em suas objetivações exteriorizadas, em sua exteriorização. É, assim, na incorporação dessa objetivação exteriorizada que o Capital chega a apropriação do tempo excedente desses outros *modus operandi* e *modus vivendi* (MOTA, 2011). Por isso o produto é necessário para a mediação do diálogo. O produto exteriorizado, transmutado em tempo excedente, e o tempo excedente transmutado em tempo valor, e o tempo valor transmutado em valor de troca.

A natureza da subsunção

E aqui está, então, o momento central da argumentação deste ensaio, a partir do qual pode-se afirmar que o capitalismo é um modo de produção integralmente baseado na apropriação privada do tempo de trabalho social. E sendo assim, a acumulação do capital nada mais é do que a acumulação de tempo. É o tempo de trabalho que é convertido em dinheiro, em objetos, em trabalhadores, em bens, em propriedade, em comércio, etc. Daí ser a subsunção um mecanismo de transmutação do tempo em valor.

Esse ato de transmutação exige uma etapa de ultrapassagem, da natureza de um ao outro, e é justamente essa etapa de ultrapassagem que se realiza pela incorporação do produto, momento em que o produto apropriado é reconvertido em tempo no Ato da Troca, e somente assim ele assume sua função de Valor para o Capital. Eis aqui a transubstanciação promovida pela subsunção formal, pois ela permite o diálogo dos diferentes, e extrai desse diálogo a igualação dos sujeitos sociais pela troca dos produtos.

É importante que fique claro que, nesse exercício de abstração para fins de esclarecimento didático, foi deixado de fora, propositalmente, a mediação do dinheiro, pois o objetivo central nesse momento é deixar claras as etapas de ultrapassagem e de modificação da natureza das relações e sujeitos envolvidos. Assim, pode-se, enfim, identificar cada sujeito em sua unidade e integralidade produtiva e histórico-existencial, para depois colocá-los em diálogo de diferentes, como partes em si e, por fim, transubstanciá-los para sujeitos igualados em ato de troca.

Marx (2011) deixa muito claro esses momentos e sujeitos:

Destacam-se então apenas três momentos que são formalmente distintos: os sujeitos da relação, os *trocadores*, postos na mesma determinação; os objetos de sua troca, valores de troca, *equivalentes*, que não apenas são iguais, mas devem ser expressamente iguais e são postos como iguais; e finalmente o próprio ato da troca, a *mediação*, pela qual os sujeitos são postos precisamente como trocadores, como iguais, e seus objetos postos como equivalentes, como iguais (MARX, 2011, p.185, grifos do original).

Para Marx (2011), os sujeitos somente se igualam no ato da troca pela troca. Este é o momento em que os diversos sujeitos em suas necessidades distintas se encontram para a mediação das diferenças e

necessidades. Neste momento, põem-se um para o outro como equivalentes, sem, no entanto, perder a sua integridade histórico-existencial. Segue então Marx (2011):

Na troca, os sujeitos são sujeitos uns para os outros exclusivamente pelos equivalentes, como sujeitos de igual valor, e se afirmam enquanto tais pela permuta da objetividade em que um é para o outro. Uma vez que só assim, um para o outro, como sujeitos de igual valor, como possuidores de equivalentes e como sujeitos que atestam essa equivalência na troca, como sujeitos de igual valor são ao mesmo tempo indiferentes uns aos outros; suas outras diferenças individuais não lhes interessam; são indiferentes a todas as suas outras peculiaridades individuais (MARX, 2011, p. 185).

Por fim, Marx deixa nítido os termos da determinação da relação produzida pelos sujeitos em ato:

No que se refere agora ao conteúdo exterior ao ato de troca, que é tanto pôr como comprovação dos valores de troca como dos sujeitos trocadores, tal conteúdo, que se encontra fora da determinação econômica, só pode ser: 1) a particularidade natural da mercadoria que é trocada; 2) a necessidade natural particular dos trocadores, ou ambas combinadas, o valor de uso diferente das mercadorias a serem trocadas. Esse conteúdo da troca, que está totalmente fora de sua determinação econômica, longe de ameaçar a igualdade social dos indivíduos, faz de sua diferença natural o fundamento de sua igualdade social (MARX, 2011, p. 185-186).

Com esse esclarecimento, Marx mostra que esse momento primeiro de aproximação e troca não necessariamente implica subordinação ou negação do outro, antes disso implica o reconhecimento da diferença na igualação pela mediação.

Pelo próprio ato de troca, o indivíduo, cada um dos indivíduos, está refletido em si mesmo como sujeito exclusivo e dominante (determinante) do ato de troca. Com isso, portanto, está posta a completa liberdade do indivíduo: transação voluntária; nenhuma violência de parte a parte; posição de si como meio, ou a serviço, unicamente como meio de se pôr como fim em si, como o dominante e o prevalecente; enfim, o interesse egoísta, que não realiza nenhum interesse superior; o outro também é reconhecido e conhecido como o sujeito que realiza seu interesse egoísta exatamente da mesma maneira, de modo que ambos sabem que o interesse comum consiste precisamente na troca do interesse egoísta em sua bilateralidade, multilateralidade e autonomização (MARX, 2011, p. 187-188).

É justamente na consolidação dessa relação simples, bem como na sua repetição, cada vez mais constante e ampliada, que se põe a introdução do dinheiro na mediação da circulação das trocas e, por conseguinte, na circulação do valor. Porém, nesse momento, nota-se que a materialidade do produto na troca vai evanescer, ocorrendo sua substituição pela relação mediada na circulação do valor.

Que o dinheiro é a primeira forma em que o valor de troca continua até a determinação do capital, e que, por isso, a primeira *forma fenomênica* do capital é confundida com o próprio capital ou é considerada como a sua única forma adequada, é um fato histórico que, longe de contradizer nosso desenvolvimento, antes o confirma (MARX, 2011, p. 200, grifos do original).

E segue Marx, para demonstrar o que chama de a *primeira determinação do capital*:

A primeira determinação do capital é, portanto: que o valor de troca procedente da circulação e que, por isso, a pressupõe se conserva nela e por meio dela; que não se perde ao ingressar nela; que a circulação não é o movimento de seu desaparecimento, mas antes o movimento de seu efetivo autopôr como valor de troca, a sua autorrealização como valor de troca. Não pode ser dito que o valor de troca enquanto tal é realizado na circulação simples. Ele é realizado tão somente no momento do seu desaparecimento. Se

a mercadoria é trocada por mercadoria por meio do dinheiro, sua determinação de valor desaparece no momento em que ela se realiza, e ela sai da relação, devém indiferente em relação a ela e unicamente objeto direto da necessidade (MARX, 2011, p. 200-201).

Fica claro, então, que, ao se reconstruir na desmaterialização do produto, a relação da troca assume outra dimensão concreta que não mais a da circulação simples. Aqui o produto deixa de ser produto, o dinheiro deixa de ser dinheiro, se autonomizam em relação à circulação simples e se transmutam em Valor. Ao mesmo passo em que, no prosseguimento do processo, se reconstroem como produto e dinheiro, mas agora já materializados pelo valor de troca e, portanto, já expressos não como coisas em si que eram, mas como manifestações fenomênicas do capital.

Tão logo o dinheiro é posto como valor de troca que não só se autonomiza em relação à circulação, mas nela se conserva, não é mais dinheiro, já que o dinheiro enquanto tal não vai além da determinação negativa, mas é capital (MARX, 2011, p. 200).

Esses esclarecimentos tornam-se necessários para que não se confunda troca simples com valor de troca, pois como ambos se fundam na circulação simples é comum tratá-las ou pô-las como um mesmo processo. É preciso, pois, deixar claro: *a*) a troca simples se manifesta na materialidade do produto; enquanto que, *b*) a troca como valor de troca se expressa na desmaterialização do produto e sua transmutação em valor. Destarte, o que entra em circulação é a forma valor de troca, que equivale os diferentes, iguala os distintos.

Tornando ainda mais claro. Na primeira forma, o trabalho se transmuta em produto, e o produto se transmuta em uso. Na segunda forma, o trabalho se transmuta em valor, o produto se transmuta em valor, o uso se transmuta em valor, e é justamente esse valor que é posto em circulação para a troca, pois somente nessa condição de unificação da natureza substancial dos distintos momentos objetivos da produção que se pode estabelecer as devidas equivalências entre os diversos tempos da realização do trabalho social.

Eis, nesse momento segundo, a transubstanciação como ato de aparição do capital no interior da relação de troca, e a superação da forma simples da troca por sua forma e natureza mais elevadas. É justamente a conversão do trabalho em um *quantum* determinável e mensurável de valor que faz subsumir sua forma uso na sua forma troca, momento em que o valor assume a forma do dinheiro, e nisso permite a *intercambialidade* dos tempos distintos de trabalho e sua apropriação no plano da circulação.

Na relação de capital e trabalho, o valor de troca e o valor de uso estão postos em uma relação recíproca; um lado (o capital), é primeiro posto diante do outro como *valor de troca*, e o outro (o trabalho) é posto diante do capital como valor de uso. Na circulação simples, cada uma das mercadorias pode ser considerada alternadamente em uma ou outra determinação. Em ambos os casos, quando considerada como mercadoria enquanto tal, ela sai da circulação como objeto da necessidade e fica completamente fora da relação econômica. Na medida em que é fixada como valor de troca — dinheiro —, a mercadoria tende ao mesmo amorfismo, mas permanece no interior da relação econômica. [...] Entretanto, à medida que o valor de troca é fixado no dinheiro, o valor de uso se confronta com ele tão somente como caos abstrato; e precisamente pela separação de sua substância, colapsa em si mesmo e afasta-se da esfera do valor de troca simples, cujo movimento supremo é a circulação simples e cuja consumação suprema é o dinheiro. No entanto, no interior da própria esfera da diferença existe ‘de fato’ somente como uma diferença superficial, como distinção puramente formal (MARX, 2011, p 207-208, grifos do original).

Por esse ato de *transubstanciação* recria-se em uma única determinação o que eram naturezas e sujeitos distintos da relação objetiva da troca: valor, produto, troca, uso, dinheiro. O valor de troca passa a ser a forma única e absoluta das múltiplas mediações entre o capital e o trabalho, e assume-se como forma por excelência das mediações do capital.

Com esse novo constructo econômico, o capital pode assimilar as múltiplas singularidades produtivas ao interior de suas próprias relações econômicas, sem prejuízo algum para o seu projeto de acumulação, visto que a relação já se estabelece regida por uma única determinação, a do *valor de troca como capital*.

Se, além disso, perguntamos como a troca entre capital e trabalho é diferente da troca simples do ponto de vista do conteúdo, descobrimos que essa diferença não emerge por meio de uma relação ou comparação externa, mas que, na totalidade do último processo, a segunda forma mesmo se diferencia da primeira, que essa própria comparação está incluída. A diferença do segundo ato em relação ao primeiro — mais precisamente, o segundo ato é o processo particular de apropriação do trabalho pelo capital — é exatamente a diferença entre a troca de capital e trabalho e a troca de mercadorias mediada pelo dinheiro. *Na troca entre capital e trabalho, o primeiro ato é uma troca, pertencente inteiramente à circulação ordinária; o segundo é um processo qualitativamente diferente da troca, e é apenas impropriamente que poderia ser qualificado de troca, não importa o tipo.* Se opõe diretamente à troca, fundamentalmente, [é] outra categoria (MARX, 2011, p. 214, grifos do original).

Aqui se chega ao momento pleno da distinção da relação de troca. Tal momento remete à mudança qualitativa da natureza da troca, que Marx afirma não ser apenas uma *diferença qualitativa*, mas fundamentalmente uma *outra categoria*, fundada nessa transubstanciação da natureza do valor. Esse momento é o aparecimento da *subsunção formal*. Nesse momento, uma vez que se compreendeu a origem do Valor nas relações de troca, pode-se partir para a análise de como a apropriação do trabalho e a subordinação dos espaços locais na forma da *subsunção formal*, conforme é descrito em Mota (2017).

Como Dussel (2012) nota, a análise das determinações fundamentais dos modos de produção, em geral, e do modo de produção capitalista em particular esboçada nos *Grundrisse* apresenta um projeto mais amplo, das arenas locais de relações de produção ao mercado mundial em totalização, a única escala de realização concreta do capital. As demais são escalas abstratas, que existem como partes do capital mundial em totalização.

Para Dussel (2012), a leitura dos *Grundrisse*, e, particularmente, as categorias *subsunção* e *exterioridade*, propicia um cenário para uma análise materialista histórica e dialética das áreas latino-americanas sem vícios de uma interpretação evolucionista dos modos de produção. É necessário compreender que o projeto amplo de redação d'*O Capital* envolvia seis volumes, dos quais apenas um Marx terminou em vida, deixando outros dois semi-prontos, e que foram publicados postumamente com a edição de Engels.

Shanin (2017) ao apresentar um conjunto de textos de Marx sobre a relação do capitalismo com outras relações de produção na Rússia, conectando esses textos aos *Grundrisse* também defende que há em Marx (2011) mais do que se extraiu até o momento para explicar as formações sociais sob a perspectiva materialista histórica e dialética.

E para a América Latina, povoada por uma miríade de espaços locais que reproduzem sua mediação com o mercado mundial através da subsunção formal, essa chave explicativa em muito pode auxiliar os estudos geográficos. Fica claro, quando se observar as coisas como valor, e não mais como coisas em si, que as relações de produção não capitalistas são e não são capital. Não são em essência, mas são como partes da totalidade, e justamente aí que a categoria analítica da subsunção, que ora apresentamos nesse esforço de elucidação, mostra sua força e vitalidade para a apreensão dos espaços periféricos dos Capital. Cabe, por fim, apontar que o objetivo desse artigo foi compreender a origem da subsunção, cuja chave analítica está no tempo extra gerado na forma de produtos nos espaços com relações de produção não capitalista. A compreensão da passagem da subsunção formal à subsunção real, da origem do mais-valor, e as consequências desse olhar na reinterpretação dos tempos e espaços das formações sociais são pontos a serem desdobrados em próximos trabalhos.

Agradecimentos: os autores do texto agradecem especialmente aos avaliadores da revista *Germinar* pelo rico diálogo estabelecido através dos pareceres e as sugestões de acréscimos e revisões para a elaboração do texto final. Igualmente, os autores agradecem as contribuições e o incentivo do prof. Dr. Ruy Moreira (UFF) para a redação do texto.

Referências:

- ANDRADE, M. C. **Paisagens e problemas do Brasil:** aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- BASTOS, C. A. **No limiar dos impérios:** a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c. 1780 – c. 1820). São Paulo: Hucitec, 2017.
- CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas: EDUNICAMP, 2002.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHIAVENATO, J. J. **Bolívia com a pólvora na boca.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CÓRDOBA, D.; SELFA, T.; ABRAMS, J.; SOMBRA, D. Family farming, agribusiness and the State: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 57, p. 146-156, 2018. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2017.12.013.
- COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 173-200. DOI: 10.7476/9788575416129.0007.
- DANTAS, M. L. R. Black women and mothers: social mobility and inheritance strategies in Minas Gerais during the second half of the eighteenth century. **Almanack**, v. 12, 2016. DOI: 10.1590/2236-463320161206.

DEL ROIO, M. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. **Terceiro Milênio**, v. 7, n. 2, p. 42-66, 2016.

DUSSEL, E. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de J. P. Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Unicamp, 2017.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução de W. Dutra. 15 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017**: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101734.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

JACKSON, L. C.; BLANCO, A. O caudilho da sociologia mexicana: Pablo Gonzáles Casanova e *A Democracia no México*. **Tempo Social**, v. 28, n. 3, p. 117-143, 2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.111597.

LEFTWICH, A. Theorizing the state. In: BURNELL, P.; RANDALL, V.; RAKNER, L. (org.). **Politics in developing world**. 3 ed. New York: Oxford University, 2011, p. 223-240.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução de: F. J. Lindoso. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de F. Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de: M. Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, A. C. O Partido Comunista na raiz da teoria da *Via Colonial* do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 153-170.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: EDUFPA, 1985.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de: A. Cotrim; V. Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, G. S. Do mundo ao lugar: técnicas e assimilações. In: ROCHA, G. M. (Org.). **Município e território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011, p. 15-34.

MOTA, G. S. **O Prometeu traído**: espaço, técnica e controle no capitalismo monopolista e tecnológico. 248f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MOTA, G. S. Subsunção e assimilação local: da apropriação do trabalho à subordinação dos espaços locais. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 1, n. 2, p. 47-57, 2017.

NAVARRETE, D. Trabajadores, artesanos y trajinantes: la participación indígena en la economía minera del México colonial: Real del Monte en la segunda mitad del siglo XVIII. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online]**, 2015. DOI: 10.4000/nuevomundo.67758.

NONNEMAN, W. On the economics of the Socialist Theocracy of the Jesuits in Paraguay (1609–1767). In: FERRERO M.; WINTROBE R. (org.). **The Political Economy of Theocracy**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. DOI: 10.1057/9780230620063_6.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PRADO, C. Mário Pedrosa, Lívio Xavier e o ‘esboço’: o trotskismo e a interpretação sobre a formação social brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 225, p. 203-214, 2020.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAGO FILHO, A. J. Chassin: a crítica ontológica do anticapitalismo romântico típico da “via Colonial” – os integralismos. **Verinotio**, v. 9, n. 5, p. 187-220, 2008.

RESENDE, L. **A formação do capital e seu desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português**. Tradução de: A. Domingues; D. A. S. Moura. São Paulo: EDUNESP, 2014.

SANTOS, J. V. T.; BAUMGARTEN, M. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 178-243, 2005.

SHANIN T. **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo. Expressão Popular, 2017.

SILVA JR., J. A.; ARRUDA, L. R. V. A Sociologia Mexicana e Brasileira em perspectiva comparada: Florestan Fernandes e Pablo Gonzalez Casanova. In: 36º Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). **Anais...**, Águas de Lindoia-SP, 2012.

SOARES, D. A. S. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense**: elites locais e contraespaços. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, 327f. DOI: 10.13140/RG.2.2.23175.91044.

SOARES, D. A. S. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará**: uma geografia da subsunção e das exterioridades: uma geografia das águas. 405f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.10853.12006.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: Difel, 1976.

Notas

¹ Doutor em Geografia (UFF). Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Pesquisador do Laboratório Universidade, Técnica, Território e Espaço (LUTTE) (UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2588136192075063>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6346-8709>. E-mail: giovanemota@hotmail.com.

² Doutor em Geografia (UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia da UFPA. Pesquisador do Laboratório Universidade, Técnica, Território e Espaço (LUTTE) (UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6446474471044694>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5208-2429>. E-mail: dsombra@ufpa.br.

³ Mestre em Geografia (UFF). Pesquisador da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pesquisador do Laboratório Universidade, Técnica, Território e Espaço (LUTTE) (UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0059080823106420>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6783-2950>. E-mail: madsonqua@hotmail.com.

⁴ Mazzeo (2003) aponta uma série de elementos para explicar porque as teses do V Congresso da Internacional Comunista (*Komintern*, 1928) foram tão bem aceitas no cenário intelectual brasileiro. “O fato é que as teses do Komintern, principalmente as resultantes do VI Congresso de 1928, onde está enfatizada a existência de “relações feudais” no continente latino-americano, serão bem recebidas pelo conjunto da intelectualidade de esquerda da América Latina, porque a própria tradição da historiografia ibero-americana relevava estruturas feudais na América Latina colonial. Essas análises interpretativas do continente, impregnadas por uma visão universalista e fortemente eurocêntrica, priorizavam o aspecto jurídico-político na conformação da organização da estrutura colonial, isto é, a herança de aspectos histórico-superestruturais de ordem feudal, que permaneciam nas formas administrativas das metrópoles ibéricas, o que possibilitava a elaboração de interpretações analógicas em relação à Europa, exatamente por não elevar o aspecto concreto da especificidade latino-americana, seja em suas particularidades histórico-processuais, seja referente aos elementos concreto-singulares. Ora, foi exatamente essa tradição teórico-historiográfica que se constituiu no referencial analítico das formas sociais do continente e que terminaram por influenciar os primeiros estudos de corte marxiano sobre a América Latina. Devemos ressaltar ainda que o marxismo chega ao continente permeado pela hegemonia filosófica de viés positivista, outro componente estrutural na construção das formas analíticas da realidade latino-americana e de uma intelectualidade situada na periferia do capitalismo e permeada pela ideologia da conciliação, cuja base de fundamento era o positivismo” (MAZZEO, 2003, p. 154). Contudo, o autor nota ainda que apesar da ideia ter sido amplamente disseminada a partir dos marxistas, é necessário reconhecer que já na obra de Capistrano de Abreu, havia momentos em que supostos “elementos feudais” eram realçados.

⁵ Ianni (1984) destaca, sobretudo, o campo dos debates marxistas de intelectuais em torno do Partido Comunista do Brasil (PCB), a interpretação neobismackiana, de pensadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e a interpretação da formação social brasileira aos moldes da escola de “segurança e desenvolvimento” aglutinada na Escola Superior de Guerra (ESG). No campo marxista, Prado (2020) destaca o debate entre a interpretação clássica do PCB, a qual considera dualista, centrada sobretudo nas contribuições de Octávio Brandão, e, em oposição a essa, a interpretação trokysta do avanço do capitalismo na formação social brasileira, engendrada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier. Vale à pena destacar, também, no campo marxista, as formulações dos professores marxistas sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil dos professores da Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil. Uma das obras de maior fôlego, nesse interim, é a de Resende (2011).

⁶ Mazzeo (2003) destrincha as implicações da “via colonial” do desenvolvimento do capitalismo (reprodução do feudalismo na formação social brasileira) na teoria da revolução de Caio Prado Jr. Antes, o autor ilustra como vários teóricos latino-americanos produziram estudos com essa abordagem. “É importante assinalar ainda que o marxismo latino-americano encontra também interlocução com as interpretações que chegam ao continente juntamente com os imigrantes europeus, ao longo do século XIX, particularmente os de origem italiana, que traziam concepções socialistas sustentadas por uma literatura militante, via de regra simplista e vulgarizadora, que, em geral, difundia um marxismo permeado pelo positivismo científico. [...] o marxismo dominante nesse período, como também ocorreria na Europa, será dominado por um ecletismo que interpõe ao pensamento marxiano concepções lassalianas, comteanas, darwinistas e spencerianas. De modo que podemos verificar essas influências nas pioneiras elaborações que tentaram analisar realidades latino-americanas, a partir dos instrumentos conceituais marxianos, em autores como o argentino Juan B. Justo e o peruano Haya de la Torre, que definia a luta pela emancipação da Indoamérica como antifeudal” (MAZZEO, 2003, p. 155), para depois concluir que: “Nem mesmo os escritos políticos de Astrojildo Pereira e o clássico e refinado *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de José Carlos Mariátegui, que inaugura um segundo e profícuo momento do marxismo latino-americano, escapam, de um modo ou de outro, das inflexões de teor idealista e positivista” (MAZZEO, 2003, p. 156, grifos do autor), identificando uma forte influência da interpretação marxista ora de Lenin, ora de Lucács, mas com especial relevo a de Rosa Luxemburgo.

⁷ Rago Filho (2008) analisa os desdobramentos da crítica de Chasin (1978) à teoria da “via colonial” e sua proposição, mais avançada, superando em grande parte a ideia do feudalismo latino-americano e brasileiro, para a luta política contra o integralismo e o neofascismo.

Recebido em: 13 de nov. 2021

Aprovado em: 26 de fev. 2022